



REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO VALE DO RIO PARDO E SUAS RELAÇÕES COM A REESTRUTURAÇÃO URBANA DE SANTA CRUZ DO SUL – RS

Gabriel Anibal Santos de Oliveira

Rogério Leandro Lima da Silveira

Este artigo trata do processo de reestruturação produtiva da economia regional, no Vale do Rio Pardo, e da economia local, no município de Santa Cruz do Sul, especialmente no período compreendido da década de 1960 até o ano de 2015. Em um primeiro momento, busca-se caracterizar a região de abrangência do Conselho de Desenvolvimento Regional do Vale do Rio Pardo – COREDE/VRP, região de influência direta das funções urbanas da cidade média de Santa Cruz do Sul. Em seguida, identifica-se, no território, as ações da reestruturação urbana a partir da lógica da acumulação flexível, que ocorrem, especialmente, pelas transformações na economia regional, operadas com a internacionalização das indústrias fumageiras. Por fim, tendo como base tais transformações, busca-se apresentar como ocorreram a articulação, as relações e a reestruturação urbana de Santa Cruz do Sul, município polo do Vale do Rio Pardo e principal centro da economia regional.

Palavras-chave: reestruturação produtiva; reestruturação urbana; Vale do Rio Pardo; Santa Cruz do Sul.



1 INTRODUÇÃO

A reestruturação urbana e da cidade capitalista não se trata de um assunto recente. As mudanças espaciais que se apresentam nas cidades de vários países são objeto de diversos estudos urbanos que se voltam para a problemática da reestruturação socioespacial. Para tanto, torna-se importante fazer considerações acerca da reestruturação produtiva.

A reestruturação produtiva, de acordo com Gomes (2011, p 56), “são transformações que vêm ocorrendo na indústria sejam de ordem técnica ou do ponto de vista do trabalho e também da lógica espacial.” Ainda para Gomes a reestruturação é um processo que apresenta “ritmos, movimentos e temporalidades.” Nesse processo estão presentes mudanças de cunho espacial, tecnológico, social e organizacional, que ocorrem quando as estruturas vigentes não atendem mais as exigências do capital e se constituem em obstáculos e gargalos a sua produção e reprodução (GOMES, 2011).

Assim, a reestruturação passa a ser uma resposta à crise capitalista, fazendo com que as empresas busquem novos espaços para se estabelecerem, imprimindo novas configurações e dinâmicas socioespaciais a esses locais.

O processo de reestruturação urbana encontra-se vinculada ao capital que se distribui no espaço, com o fito principal de atender os interesses dos diversos agentes do sistema financeiro, das indústrias, do comércio e dos serviços, sejam privados ou públicos, de movimentos sociais, das classes sociais com maior poder aquisitivo, que se articulam ou entram em conflito quando seus interesses não estão mais sendo atendidos, tendo em vista os desarranjos no espaço urbano, seja pela obsolescência dos objetos imobiliários ou na infraestrutura, bem como na própria economia.

O presente artigo apresenta um estudo sobre a reestruturação produtiva no Vale do Rio Pardo e suas relações com a reestruturação urbana da cidade média de Santa Cruz do Sul, localizada na região centro oriental do Rio Grande do Sul, e principal centro econômico regional.

Apresenta-se, inicialmente, a caracterização, as transformações e reestruturação produtiva e urbana na região do Vale do Rio Pardo. Ainda, nessa mesma seção, caracteriza-se Santa Cruz do Sul, seu processo de urbanização e as principais transformações em seu território, que ocorreram, especialmente, a partir da internacionalização da indústria



fumageira. Na segunda seção discorre-se sobre o processo de reestruturação produtiva e urbana e suas repercussões no espaço urbano do município, notadamente a partir da consolidação do processo de internacionalização do setor agrofumageiro, base da indústria local, e os reflexos sobre a dinâmica dos demais setores da economia local, bem como na sua expansão urbana. Por fim, são elencadas as nossas considerações finais.

2 A REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO: transformações e reestruturação produtiva e urbana

A região do Vale do Rio Pardo encontra-se situada na área centro-oriental do Rio Grande do Sul. Recebeu essa denominação em referência ao rio Pardo, afluente do rio Jacuí, que banha a maior parte dos vinte e três municípios que compõem essa regionalização. O Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo (COREDE-VRP), instituído pela Lei estadual nº 10.283, de 17 de outubro de 1994, e regulamentado por intermédio do Decreto nº 35.764, de 28 de dezembro de 1994, possui uma área de 13.171,7 Km², onde encontram-se os seguintes municípios: (figura 1).

Figura 1 - Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo



Fonte: SEPLAG/DEPLAN (2010).

Conforme a Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE-RS), o Vale do Rio Pardo possuía uma população de 433.285 habitantes, em 2014, com 63,13% localizada na área urbana e 36,87% na zona rural, e com densidade demográfica de 32,1 hab/km², em 2013. O Produto Interno Bruto da região atingiu R\$ 13.257.536.000,00. Ainda, segundo a FEE-RS, as exportações do Vale do Rio Pardo atingiram US\$ FOB 1.983.842.493, em 2014.

A população se concentra na região central, principalmente nos municípios de Santa Cruz do Sul, Candelária, Rio Pardo, Vera Cruz e Venâncio Aires, que juntos totalizam 292.053 habitantes, conforme estimativa do IBGE para 2015, representando 67,40% da população do Vale do Rio Pardo.

Também, identifica-se que somente o aglomerado urbano, formado pelas cidades de Santa Cruz do Sul, Vera Cruz e Venâncio Aires, detém 51,15% da população urbana



regional. Essa área, em virtude de sua economia urbana mais diversificada e de uma maior concentração industrial, tem a maior participação na economia regional, representando 74,12% do PIB regional, com Santa Cruz do Sul atingindo 50,31%, Venâncio Aires com 19,50% e Vera Cruz com 4,27%, em 2013.¹ Cabe destacar que o maior número de empregos gerados na região encontra-se concentrado nestes três municípios, destacando-se Santa Cruz do Sul, com uma participação de 49,13% no total de empregos no Vale do Rio Pardo.

Ao identificar e caracterizar a Região do Vale do Rio Pardo, observam-se diferentes características quanto ao processo histórico de povoamento, ao conteúdo cultural, à estrutura fundiária e à dinâmica socioespacial, que permitem identificar a existência de três sub-regiões: o Norte, o Centro e o Sul (KLARMANN, 1999).

O Norte apresenta, como características, uma população composta por descendentes de alemães, italianos e luso-brasileiros, dificuldades de alternativas econômicas que melhorem as atividades nos minifúndios, e tem as atividades do setor primário como principal base econômica. Apresenta baixo índice de industrialização e o setor de comércio e serviços, por ser pouco diversificado, atende apenas às demandas mais imediatas e locais.

O Centro, com a economia mais diversificada de toda a região, é constituído pelo polo industrial, comercial e de serviços, das cidades de Santa Cruz, Venâncio Aires e Vera Cruz. O setor industrial é composto por empresas dos setores metalomecânico, plástico, borracha, alimentos, dentre outros, mas tem no setor agrofumageiro o ramo de atividade considerado o mais importante. Tem buscado, especialmente nos últimos anos, a partir das restrições impostas ao consumo do cigarro aumentar a diversificação de atividades, com o objetivo de diminuir a dependência da produção do tabaco. Caracteriza-se, também, por apresentar um conjunto diversificado de produtos comerciais e de serviços, que permite atender à maioria das diversas demandas regionais.

O Sul, onde predominam as atividades agropastoris realizadas em médias e grandes propriedades, destacando-se a pecuária, a orizicultura e a sojicultura. Possui baixa densidade demográfica na área rural, característica das áreas de latifúndios. Cabe destacar que, a partir da década de 1990, essa sub-região também tem procurado alternativas para

¹ Conforme IBGE, 2015; Guia Socioeconômico do Vale do Rio Pardo e Centro-Serra, 2016.



diversificar a sua base econômica, com destaque para a fruticultura e vitivinicultura. Na busca por alternativas, também destacam-se as culturas da oliveira, com implantação de olivais em Encruzilhada do Sul e de pomares de noz pecã, em Rio Pardo.

Mesmo com essas características, que apresentam diferenciações internas da região, conforme Etges (2001, p. 355), “[...] há uma característica que imprime identidade à região e a particulariza frente às demais regiões do Estado, que é a produção de tabaco.”

A produção de tabaco, diferentemente do modo como se fazia após a chegada dos imigrantes alemães, com a instalação das empresas multinacionais do setor do tabaco, a partir dos anos 1960, passou a ser realizada de modo muito mais tecnificado, a fim de atender às exigências do mercado internacional. Novas técnicas de produção, com o objetivo de melhorar a qualidade do produto, bem como modernas formas de gestão, fazem parte da reestruturação produtiva do complexo agroindustrial fumageiro. O novo modelo tecnológico, conforme Vogt (1997), alterou o sistema produtivo local e regional. Essas alterações, que se intensificaram a partir da década de 1970, com a introdução de novas técnicas de produção e relações com os produtores de tabaco, possibilitaram a ampliação da produção, aumentando a produtividade e as exportações do fumo em folha. No entanto, essas mudanças não ocorrem sem apresentar visível contradição entre o crescimento e concentração do setor agroindustrial e dos produtores de tabaco, que ocorre em função das novas exigências das empresas. Silveira e Dornelles (2013, p. 31) afirmam que:

tal desempenho assenta-se na combinação de investimentos constantes das corporações de processamento do tabaco na modernização produtiva e tecnológica e na ampliação das usinas agroindustriais, bem como na intensa exploração da mão de obra familiar dos pequenos agricultores num processo de produção do tabaco cada vez mais modificado em razão das novas exigências técnicas das empresas multinacionais.

Esse modelo, que alterou os processos de produção fumageira local e regional, possibilitou, especialmente com a introdução de um sistema integrado de produção agroindustrial do tabaco, além de novas relações com os produtores, a introdução e o aumento dos fluxos relacionais com outros agentes, dentre os quais destacam-se seguradoras, escritórios de contabilidade e advocacia, empresas metalomecânicas, instituições financeiras, empresas de transporte, logística, armazenagem e de biotecnologia, especialmente aquelas ligadas ao setor fumageiro. Também, evidenciaram-se os reflexos na



organização, nas relações sociais e econômicas, e nos usos do território regional (SILVEIRA, 2013).

Localizado na área central do Vale do Rio Pardo, especialmente na cidade de Santa Cruz do Sul, que detém o maior número de empresas transnacionais do setor, seguida de Venâncio Aires e Vera Cruz, o complexo agroindustrial fumageiro imprimiu e exigiu importantes transformações no espaço regional, a fim de que pudessem atender a tais corporações, tanto em escala global como na regional. Nesta última, cabe salientar que essas empresas dominam, de maneira hegemônica, todo o processo de agroindustrialização do tabaco.

A reestruturação do espaço urbano e regional ocorreu com maior intensidade a partir dos anos de 1960, com a desnacionalização das empresas fumageiras locais. Conforme Wink (2002), foi a partir desse momento, em função da grave crise que se abateu sobre a indústria fumageira santa-cruzense, até então concentrada nas mãos de empresários locais, dentre outros acontecimentos, especialmente de cunho econômico, que tem início a transnacionalização das empresas locais do tabaco. Surge e se vislumbra, a partir de então, um novo momento de transformações no espaço urbano e econômico da região e do município, calcado no setor fumageiro, sendo representado pelo complexo agroindustrial do tabaco.

Nesse sentido, a organização dos territórios regional e municipal passou a receber um conjunto de sistemas e objetos técnicos, bem como ampliar e melhorar os já existentes, com vistas a atender às demandas requeridas pelos processos e fluxos gerados a partir de então. Também destaca-se, a partir da década de 1970, um intenso fluxo de pessoas em busca de melhores condições de vida e de trabalho, que se deslocaram para as cidades de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz, aumentando a taxa de urbanização desse aglomerado urbano regional, onde se concentram as principais indústrias do Complexo Agroindustrial do Tabaco, indústrias dos demais setores, comércio e serviços.

Assim, Silveira (2003, p. 140), ao se referir sobre os reflexos da internacionalização do setor agrofumageiro na organização espacial da cidade de Santa Cruz do Sul, afirma que:

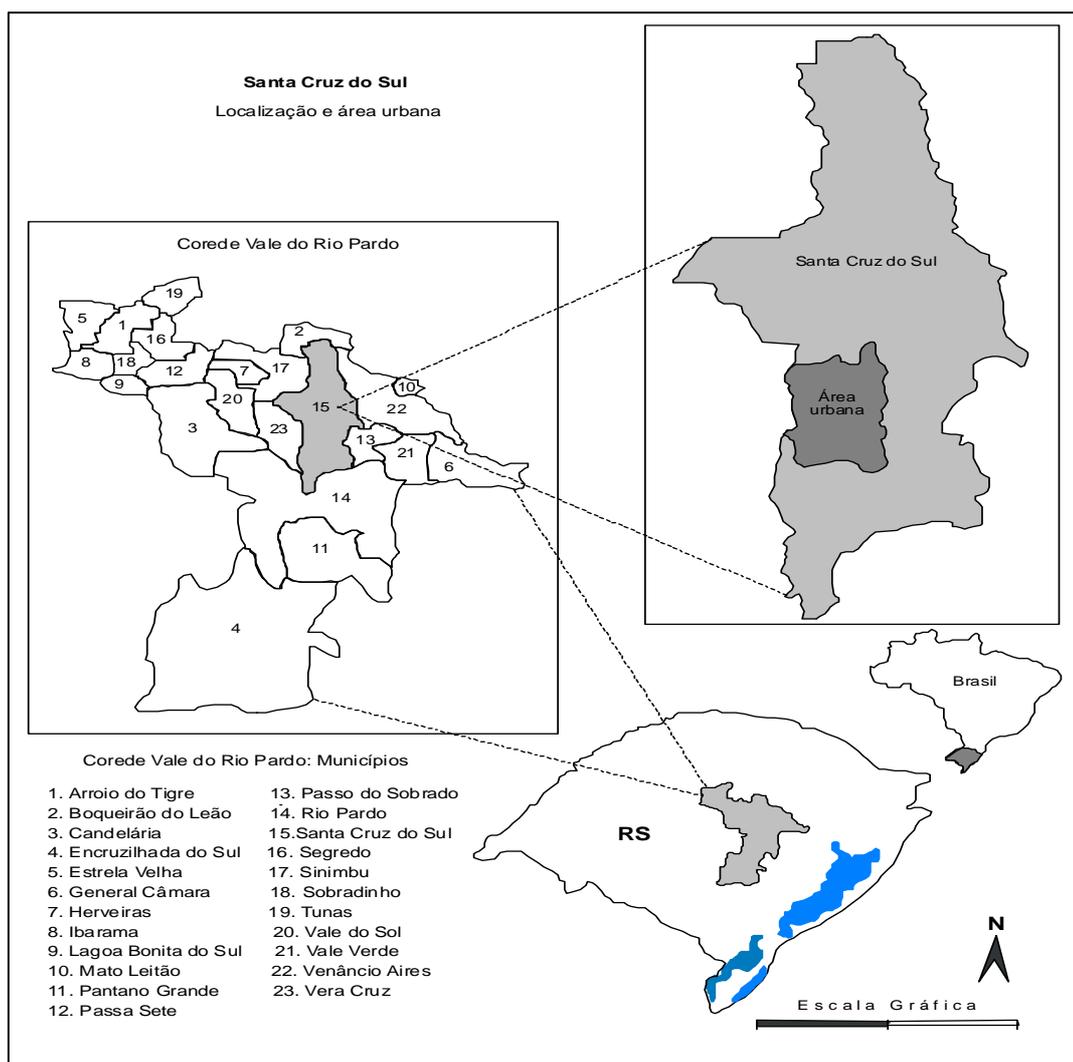
[...] a organização do território reflete as estratégias espaciais e produtivas postas em prática pelas agroindústrias fumageiras. Necessários à implementação de novas formas de produção e ao aumento da escala de produção, esses novos, amplos e (re)equipados espaços tornaram factíveis as novas estratégias produtivas das indústrias, além de possibilitar mudanças importantes na configuração espacial da cidade.



A reestruturação produtiva e urbana da região encontra-se relacionada ao processo de urbanização regional, consolidando-se com o papel desempenhado por Santa Cruz do Sul, como principal núcleo urbano polarizador regional do Vale do Rio Pardo (VRP).

O município de Santa Cruz do Sul está localizado na área centro oriental do Rio Grande do Sul, na encosta inferior do nordeste do território estadual, e integra a região de planejamento do Corede do Vale do Rio Pardo, figura 2. Os seus limites geográficos são os municípios de Vera Cruz (leste), Rio Pardo (sul), Sinimbu (noroeste), Venâncio Aires (norte e nordeste) e Passo do Sobrado (leste).

Figura 2 - Santa Cruz do Sul - Localização na Região do Vale do Rio Pardo e no Rio Grande do Sul





Fonte: adaptado pelos autores, com base no Laboratório de Geoprocessamento da UNISC

Santa Cruz do Sul integra a região do Vale do Rio Pardo, da qual é considerada município polo. Sua população total é de 118.287 habitantes, conforme o censo do ano de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e apresenta-se concentrada na sua área urbana, com 105.184 habitantes, e os residentes rurais totalizam 13.103 habitantes, o que lhe confere uma taxa de urbanização de 88,9% e densidade demográfica de 161,4 hab/km².

De acordo com a Fundação de Economia e Estatística (FEE-RS) o Produto Interno Bruto (PIB) do município, relativo ao ano de 2014, foi de R\$ 7.984.040.499,00, o PIB per capita (2014) atingiu R\$ 63.692,00 e as exportações totais do ano de 2014 alcançaram U\$ FOB 1.350.488.796,00. A expectativa de vida (2010) é de 76,10 anos e a taxa de analfabetismo referente a 2010, considerando pessoas com quinze anos ou mais, foi de 3,37%. Tem sua economia baseada no setor industrial voltada à produção agrofumageira.

O processo de urbanização de Santa Cruz do Sul tem seu período mais intenso a partir do final dos anos de 1960, quando ocorre um intenso fluxo populacional à sede do município, originado pela migração de trabalhadores da área rural do próprio município e de cidades vizinhas. Com a internacionalização do setor agrofumageiro local, o processo continuou crescendo e, em 1980, a população urbana já era maior que a rural, continuando de maneira intensa nas décadas posteriores.

De acordo com Silveira (2003, p 83), com a consolidação do capital internacional agrofumageiro, profundas mudanças revelaram-se no município. O processo de urbanização, que se iniciou na cidade, apresentou as seguintes características: “substancial aumento da população; contínua e acelerada ampliação do perímetro urbano; intenso processo de incorporação e especulação imobiliária e crescimento significativo de vilas populares em sua periferia” (SILVEIRA, 2003, p. 83-84). Ainda, sobre o papel desempenhado pela internacionalização da indústria fumageira do município, Silveira (2003, p. 101) refere-se da seguinte forma:

Entendemos como decisivo o papel que a internacionalização do ramo fumageiro local desempenhou na aceleração do processo de urbanização da cidade, através, principalmente, dos reflexos que a reestruturação do setor agroindustrial fumageiro passou a impor ao processo de (re)produção do espaço urbano santa-cruzensense.



A partir do processo de internacionalização do ramo fumageiro local, ocorre um aumento significativo da participação dos demais setores econômicos locais, em função das novas e mais variadas demandas agora apresentadas. Com isso, segundo Silveira (2003, p.101), redefiniu-se a ocupação da maior parte da população economicamente ativa, “[...] que passou a realizar-se em bases eminentemente urbanas.” Ainda, de acordo com Silveira (2003), a internacionalização da indústria fumageira levou a um fluxo migratório regional da força de trabalho excedente, crescente e intenso, em direção à cidade de Santa Cruz do Sul.

A tabela 1 demonstra o rápido aumento da população urbana do município, que, pelo censo de 1980, atinge o percentual de 55,3% da população. Esse processo alcançou, em 2010, o percentual de 88,9%, o que corresponde a 105.184 mil habitantes.

Tabela 1 - Santa Cruz do Sul – Evolução da população urbana e rural no período de 1940 a 2010

Santa Cruz do Sul – População urbana e rural					
Ano	Urbana	%	Rural	%	TOTAL
1940	6.115	11,1	48.926	88,9	55.041
1950	15.712	22,6	53.983	77,4	69.605
1960	22.026	28,6	54.828	71,4	76.854
1970	33.076	38,1	53.730	61,9	86.806
1980	55.096	55,3	44.541	44,7	99.636
1991	78.955	67,0	38.818	33,0	117.773
2000	93.786	87,1	13.846	12,9	107.632
2010	105.184	88,9	13.103	11,1	118.287

Fonte: tabela elaborada pelos autores, com base em Silveira (2003), e Censos-2000 e 2010 do IBGE.

A partir do processo de internacionalização do ramo fumageiro local, ocorre um aumento significativo da participação dos demais setores econômicos locais, em função das novas e mais variadas demandas agora apresentadas. Com isso, segundo Silveira (2003, p.101), redefiniu-se a ocupação da maior parte da população economicamente ativa, “[...]”



que passou a realizar-se em bases eminentemente urbanas.” Ainda, de acordo com Silveira (2003), a internacionalização da indústria fumageira levou a um fluxo migratório regional da força de trabalho excedente, crescente e intenso, em direção à cidade de Santa Cruz do Sul, provocando, com isso, um aumento na demanda por novas moradias.

Além desta nova demanda, novos objetos, relativos à infraestrutura e aos serviços, foram necessários para atender às necessidades dessa nova fase da atividade fumageira. A partir de então, Santa Cruz do Sul passa a ser destaque no mercado internacional do fumo e, em consequência, o território municipal recebe novas estruturas (objetos técnicos) para atender ao ramo fumageiro internacional (SILVEIRA, 2003).

Entre esses novos objetos técnicos para atender à nova organização do capital industrial, Silveira (2003) destaca: as rodovias BR 471 e RS 287, construídas em 1971 e 1973, respectivamente, ligando de maneira mais efetiva a região ao terminal portuário de Rio Grande e a região metropolitana de Porto Alegre, facilitando sobremaneira o escoamento da safra e circulação de mercadorias; a construção do aeroporto municipal, em 1983, que veio tornar o acesso mais rápido dos compradores e executivos das empresas, bem como possibilitou a ligação com outras unidades das empresas fumageiras, localizadas em outros estados do país; a instalação da telefonia automática, em 1966, com canais de telex, sistemas de DDD e DDI, central automática da Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT, bem como sua expansão e atualização, a partir de 1995, com a instalação de rede de internet, especialmente na segunda metade da década de 1990 e sua expansão nos anos de 2000, objetos esses que facilitaram os fluxos de informações entre as unidades, aqui localizadas, com as demais empresas das corporações, bem como com seus clientes; a instalação de sistemas bancários, como o Centro de Processamento do Banco do Brasil, em 1993, que permitiu a comunicação *on line* com os principais centros financeiros do país, de caixas eletrônicos nos bancos estatais (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco do Estado do Rio Grande do Sul) e privados (Itaú, Bradesco), instalação de agências bancárias, que agilizaram as operações financeiras das empresas locais, das multinacionais e dos clientes dessas instituições; a criação, construção e expansão, pela Prefeitura, do distrito industrial, com vistas a criar melhorias e infraestrutura para as complexas plantas industriais do complexo fumageiro; e o surgimento de escritórios de exportação e importação, construção de hotéis e clubes de lazer para atender, especialmente, os hóspedes e executivos internacionais das corporações multinacionais.



Assim, de acordo com Silveira (2003, p. 136):

Tais objetos e sistemas técnicos, tomados isoladamente, não possuem a capacidade de estruturar o território. Todavia, enquanto produto das relações socioespaciais presentes no lugar, eles viabilizam a (re)produção do espaço urbano. Nessa perspectiva, a hegemonia do capital internacional no desenvolvimento da economia local faz com que a agroindústria fumageira possa ser identificada como um dos principais agentes de organização e produção da cidade.

A respeito das mudanças espaciais que ocorrem na cidade, a partir de então, Silveira (2003, p. 102-102) afirma:

Nesse contexto, do ponto de vista da dinâmica espacial do espaço urbano, passamos a ter, em Santa Cruz do Sul, a partir desse período, além de um gradativo processo de verticalização em sua área central, também uma contínua e acelerada ampliação da área urbana, principalmente, através da abertura de novos loteamentos, fruto do aumento, ainda que em uma frequência irregular, do capital circulante oriundo da comercialização das grandes safras, do aumento da população urbana e da conseqüente demanda, solvável ou não, de novas moradias.

Conforme Wink (2002), a expansão urbana que a cidade apresentou, a partir dos anos da década de 1950, continuou crescente nas décadas posteriores, possibilitando a ligação do centro aos bairros, às rodovias intermunicipais e à sede dos diversos distritos. Nesse período, a área central caracterizava-se pela ocupação residencial e desenvolvimento das várias atividades comerciais, de serviços e industriais.

A partir de 1980, segundo Silveira (2006), Santa Cruz do Sul passou por intensas mudanças espaciais, entre as quais destacam-se: verticalização da área central da cidade e bairros adjacentes, com destaque especial para a direção norte da cidade, e expansão do perímetro urbano, resultado do lançamento de diversos loteamentos e condomínios fechados. Esse processo pode ser decorrente, especialmente, da movimentação do capital industrial fruto da internacionalização do setor fumageiro e da desnacionalização das empresas locais, bem como da interação de vários agentes, com destaque para os agentes do mercado imobiliário.

3 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E URBANA DE SANTA CRUZ DO SUL



O processo de reestruturação produtiva no mundo vem ocorrendo desde o início da década de 1970, com o esgotamento do modelo fordista, que já não atendia, na sua totalidade, o sistema capitalista. Esse processo está calcado no uso intensivo de processos tecnológicos, na inovação e na firma, objetivando aumentar a competitividade das empresas para fazer frente à concorrência. Conforme Carleial (1997, p. 296):

Esses processos concretizam-se em mudanças tecnológicas, organizacionais, institucionais de tal monta que impactam nas estruturas de mercado, alteram padrões de concorrência, impõem alterações no comportamento das firmas as quais por sua vez reformulam suas decisões de investir, comprar, produzir e contratar força de trabalho.

Nesse sentido, a reestruturação produtiva provocou profundas mudanças nos processos de produção, nos negócios e no mundo do trabalho. Os processos produtivos são modificados a partir do uso de novas tecnologias, que permitiram a automação de processos nas linhas de produção da fábrica, possibilitando aumentar a produção e criar novos produtos. Além disso, oportunizou a constituição de novos mercados, através do lançamento de produtos com a aplicação e incorporação de novas bases tecnológicas, tendo como consequência a diminuição do ciclo de vida dos produtos e um maior consumo. Visualiza-se, ainda, uma das principais e mais impactantes mudanças que diz respeito à precarização do trabalho, que ocorre, principalmente, pelo uso da automação das linhas de produção e outros processos nas empresas, acentuando a divisão do trabalho, a precarização de contratos de trabalho com a consequente diminuição dos salários, aumento do desemprego, e criação de novas formas de exclusão social.

Também, a reestruturação produtiva não se encerra intramuros das empresas, mas tem repercussão nos espaços das cidades, reestruturando-as. Dessa forma, conforme Sposito e Sposito (2012):

[...] a reestruturação produtiva identifica-se com as transformações espaciais que afetam as cidades e a rede de cidades. Enfim, as novas tecnologias aceleram a circulação do capital; as mudanças nos ritmos das empresas modificam seu papel em diferentes escalas e as formas de produção; e tudo isso se reflete nas transformações espaciais.

Essas transformações, que se iniciaram na segunda metade do século XX e foram vivenciadas nos países capitalistas industrializados avançados, disseminaram-se por intermédio dos grupos multinacionais, seus principais agentes, que já adotavam a



reestruturação produtiva em suas empresas, em países em desenvolvimento como o Brasil, notadamente, a partir da década de 1980.

No Brasil, a reestruturação produtiva, de acordo com Gomes (2011, p. 57), “[...] ocorre *pari passu* aos novos padrões de competitividade internacional e as mudanças econômicas que ocorrem no país, a recessão, o desemprego, a crise do padrão industrial baseado no desenvolvimentismo e, outrossim, a política econômica, inspirada no neoliberalismo.”

Também, cabe salientar que, a partir da década de 1970, com a decadência do modelo fordista de produção, um novo modelo se configurou, denominado de modelo flexível ou pós-fordismo. Este ocorre por intermédio da economia de diversidade ou por segmento, e não mais por economia de escala, própria da produção em massa e padronização de produtos do modelo fordista, que alcançou seu auge no período pós-guerra. No modelo pós-fordista, a produção estrutura-se de forma a atender segmentos de mercado, com produtos e serviços voltados às demandas individualizadas. Assim, conforme Antunes (1999, p. 72), “novos processos de trabalho emergem, nos quais o cronômetro e a produção em série são substituídos pela flexibilização da produção, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado.”

A partir do final dos anos de 1980 e início da década de 1990, como resultado do novo modelo de produção, ocorre a consolidação da reestruturação produtiva, que se caracterizou pela introdução de novos padrões e recursos tecnológicos no ambiente de trabalho das diversas organizações, compondo-se desde novas formas de produção até novas técnicas de gestão, bem como de localização de empresas, repercutindo em diversos setores da economia.

Cabe destacar, ainda, que, com os novos recursos tecnológicos e as novas técnicas de gestão incorporadas pela reestruturação produtiva ao processo de trabalho, ocorrem impactos importantes nas relações de trabalho, tais como: a desregulamentação do mercado de trabalho, a terceirização de atividades nos setores públicos e privados, a redução de direitos dos trabalhadores, as subcontratações, dentre outros. Essa situação ocasionou um aumento do desemprego, levando muitos trabalhadores a se lançarem à informalidade (DANTAS; CLEMENTINO, 2012). Com respeito à reestruturação produtiva, Ramalho (1999, p. 90) destaca que: “a reestruturação produtiva afeta também o mercado de trabalho, agravando de certa forma as características de informalidade presentes em toda a economia brasileira.”



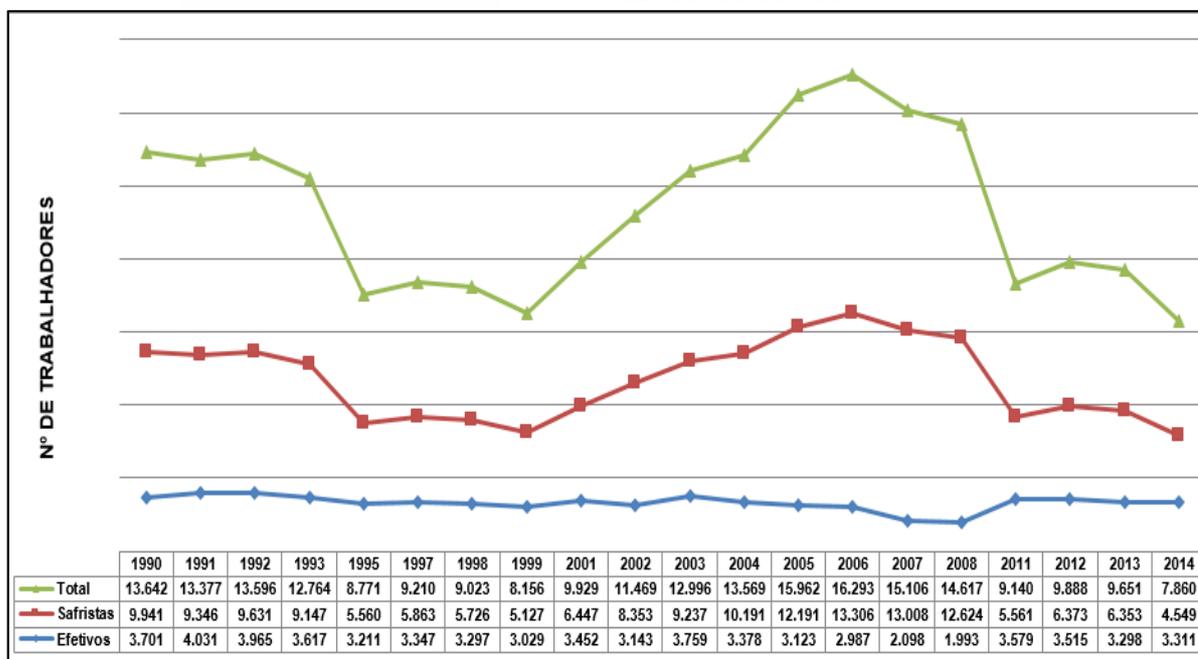
No território municipal de Santa Cruz do Sul, a reestruturação produtiva repercutiu fortemente, especialmente na área urbana, notadamente a partir da consolidação da internacionalização da base industrial local e da produção agroindustrial do tabaco. Os reflexos desse processo de reestruturação também se traduzem sobre a dinâmica dos demais setores econômicos.

Notabilizaram-se, especialmente, a partir do final da década de 1980 até recentemente, no setor fumageiro o crescente número de fusões de empresas multinacionais, processo esse que evidencia uma crescente concentração de capital nesse setor, o que ocasionou profundas modificações no mercado de trabalho local. Além disso, de acordo com Silveira (2003, p. 176):

As fusões das empresas agrofumageiras fizeram-se acompanhadas por maior racionalização no aproveitamento de instalações e da força de trabalho ocupada, por crescentes investimentos em novos equipamentos, maquinários, e pela automação e informatização de determinadas tarefas e de processos no âmbito do processamento de fumo. Isso, por sua vez, tem levado ao desemprego não só de trabalhadores temporários como também de funcionários efetivos.

Essas transformações, além de causarem impactos importantes no complexo agroindustrial fumageiro local, que se reestruturou para responder ao modelo de produção flexível, impondo mudanças diretas nas relações de trabalho desse segmento e que apresentou queda significativa no número de empregos a partir do ano de 1993, conforme consta no gráfico 1, também atingiu os trabalhadores dos demais setores da economia local, em virtude da sua dependência da cultura do tabaco (SILVEIRA, 2003).

Gráfico 1 - Santa Cruz do Sul: número de trabalhadores nas agroindústrias fumageiras no período de 1990 a 2014



Fonte: Silveira (2003, p. 174); Faria (2010, p. 55); STIFA (2014).

No período de 1992 a 1999, há uma redução no número de trabalhadores efetivos, da ordem de 23%, e, no total de trabalhadores safristas, esse índice atingiu 47%. Houve, ainda, um aumento no número de trabalhadores safristas a partir de 2002, atingindo o maior número no ano de 2006. Esse aumento deve-se, provavelmente, às grandes safras ocorridas nesses anos. No ano de 2014, há uma queda da ordem de 64% no número de trabalhadores em relação ao ano de 2008, e, considerando o período de 1990 a 2014, houve uma redução de 43% nesse número. Quanto aos trabalhadores efetivos, em 2014 ocorreu uma diminuição de 11% em relação ao ano de 1990, mas a maior diminuição de empregados efetivos na indústria fumageira local ocorreu nos anos de 2006, 2007 e 2008, sendo que neste último ano ocorreu a maior queda, atingindo o percentual de 46% em relação ao ano de 1990. Já no período posterior ao ano de 2008, esse número voltou a crescer.

A diminuição do número de empregos na indústria fumageira, especialmente aqueles ligados à sazonalidade da produção do tabaco, segundo Vogt (1994), se deve à redução da área plantada, às fusões das empresas e aos avanços técnicos da produção e da modernização de máquinas e equipamentos usados na fumicultura, terceirização de atividades, bem como pela transferência de plantas industriais para o Estado de Santa Catarina. Também ficou evidenciada a diminuição do número de empregos no setor, mesmo



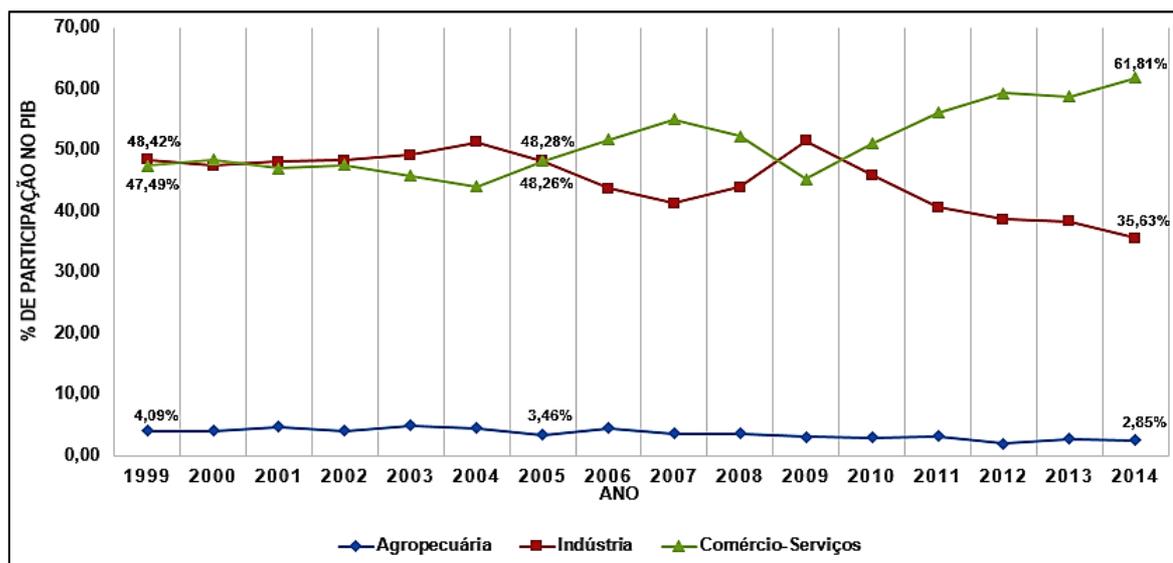
com o retorno para a região e a expansão de grandes empresas multinacionais do tabaco, que ocorreram, especialmente, a partir de 2008.

Também deve ser levada em consideração a queda dos postos de trabalho na indústria em virtude da automação das linhas de produção, busca de competitividade, redução de custos, terceirização de atividades, dentre outros fatores.

Além da redução do emprego e de sua precarização, efetivada pelo exercício de atividades de caráter informal, observa-se a diminuição dos salários dos trabalhadores por conta de sua recolocação em outros setores da economia que, na maioria das vezes, oferece uma remuneração abaixo daquela praticada no setor industrial. No período de 2006 a 2013, houve uma redução no salário médio mensal, considerando-se o número de salários mínimos recebidos. De acordo com dados do IBGE (2015), um trabalhador de Santa Cruz do Sul recebia uma média mensal de 3,7 salários mínimos, em 2006, e, em 2013, essa média foi reduzida para 2,8 salários.

Quanto à participação setorial na formação do Produto Interno Bruto (PIB) local, no período de 1999 a 2014, verificou-se o crescimento do setor de comércio e serviços (gráfico 2), que era de 47,49%, em 1999, e atingiu 61,81% em 2014. Já o setor industrial apresentou queda de 48,42% para 35,63%.

Gráfico 2- Santa Cruz do Sul: % de participação setorial no PIB (1999 – 2014)



Fonte: elaborado pelos autores, com base em IBGE (2016).



Dessa forma, é possível perceber que, ao longo desse período, o setor industrial apresentou uma maior participação no PIB do município em relação ao setor de comércio e serviços, nos anos de 2003, 2004 e 2009. Todavia, a partir de 2010, o setor de comércio e serviços ultrapassa o PIB industrial e inicia uma trajetória ascendente de participação na formação do PIB do município, e alcança, em 2014, o percentual de 61,81%. Com esse indicador, entende-se que a atividade econômica do município concentra-se no setor terciário. O comércio e os serviços têm apresentado crescimento, enquanto o setor secundário, que se mantinha até 2009 como a principal atividade econômica, com uma participação na faixa acima dos 40%, a partir do ano de 2010, começou a apresentar uma trajetória de queda na composição do PIB municipal, representando o menor percentual de participação na economia do município, desde 1999. Pode-se afirmar que esse crescimento do ramo de atividade terciária ocorre em função da diversificação comercial e de serviços que a cidade apresenta e por sua posição como polo regional. Dessa forma permite atender não só a demanda da população dos municípios de seu entorno e do Vale do Rio Pardo, mas também da população dos municípios de outras regiões do Estado, que para cá se dirigem em busca de atender às suas demandas, seja para a aquisição de produtos, seja de serviços públicos e privados. Assim, esse setor passou a ser o maior gerador de empregos decorrentes, principalmente, das transformações da indústria local com as fusões das grandes empresas ligadas ao setor fumageiro e fechamento de indústrias locais.

Com respeito ao emprego formal, considerando o período de 2002 a 2015, os dados apresentados no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) - 2016, para Santa Cruz do Sul, permitem verificar e corroborar o crescimento do setor de comércio e serviços na formação do Produto Interno Bruto do município. Nesse período, observa-se que houve mudanças na alocação setorial dos empregos formais na economia do município, que tinha na atividade da indústria a sua maior participação, conforme mostrado no gráfico 7.

A indústria de transformação, que no ano de 2002 possuía uma participação de 43,37%, percorre uma trajetória de queda mais acentuada até o ano de 2008, quando, a partir de então, apresentou recuperação até o ano de 2014. Já no ano seguinte, observou-se novamente uma queda para 28,31% dos empregos formais. Em 2002, a indústria da transformação foi responsável por 12.024 postos de trabalho e, em 2015, esse número foi de 10.090, apresentando uma redução de 16,08% em relação ao ano de 2002.



O comércio apresentou um movimento crescente na participação do total de empregos formais no município: no ano de 2002, representava 17,13% do total para 24,86%, e em 2015 já apresentava uma pequena queda em relação ao ano de 2014. No ano de 2002, a atividade comercial foi responsável por 4.750 empregos, e em 2015 esse número elevou-se para 9.201, representando um crescimento de 93,70% em relação ao ano de 2002.

O setor de serviços, tal como o comércio, teve um importante crescimento na participação de empregos. Em 2002, esse setor respondia por 32,17% dos empregos e durante o período em tela continuou num caminho ascendente, atingindo 40,45% dos empregos formais, em 2015. A atividade serviço que, em 2002, tinha 8.920 empregos, em 2015 esse número foi de 14.970, equivalendo a um aumento de 67,83% em relação a 2002. Diante dos dados apresentados, observa-se uma importante mudança no percentual de participação na geração de empregos, tendo em vista que, em conjunto, as atividades de comércio e serviços são responsáveis por 63,23% do total dos postos de trabalho formal no município.

No que concerne à expansão urbana, evidencia-se, especialmente no período final dos anos de 1980 e durante os anos de 1990 a 1999, um intensivo processo de expansão da área urbana da cidade, que se manifesta com maior grau nas direções sul e sudeste da cidade, onde se destaca o bairro Arroio Grande, que teve o maior número de loteamentos, perfazendo nove com 1.545 lotes ofertados, correspondentes a 26,06% dos lotes urbanos lançados no período. Seguem-se, nessa mesma direção da cidade, os loteamentos nos bairros Esmeralda, Distrito Industrial, Dona Carlota, Faxinal, Ohland, Pedreira, Rauber, São João, Vila Nova, Vila Torrano e Vila União, que, nesse mesmo período, somaram 2.606 lotes, equivalentes a 49,19%, que tinham a característica de serem direcionados para as classes média baixa e de menor poder aquisitivo. Nas direções leste, oeste, noroeste e norte da cidade, estão localizados, respectivamente, os bairros Higienópolis, Goiás, Independência, Linha Santa Cruz e Vila Verena, os quais totalizaram 1.417 lotes novos ofertados no período, correspondendo a 23,86%, sendo destinados para as classes média alta e alta, conforme mostra a tabela 1.

Tabela 1: Quantidade de loteamentos e lotes por bairro (1990 – 2015)

BAIRRO	LOTEAMENTOS	QUANTIDADE DE LOTES	CONDOMÍNIOS FECHADOS	QUANTIDADE DE LOTES
Arroio Grande	9	1.545		



Belvedere			1	370
Bom Jesus			1	9
Country			6	1.031
Distrito Industrial	2	102		
Dona Carlota	1	351		
Esmeralda	2	569		
Faxinal	1	91		
Goiás	1	56		
Higienópolis	2	155	1	145
Independência	5	516		
Jardim Europa			1	325
Linha Santa Cruz	3	537	1	50
Ohland	2	297		
Pedreira	1	101		
Rauber	1	57		
Santo Inácio			5	95
São João	3	360		
Senai			1	20
Vila Nova	1	156		
Vila Torrano	1	356		
Vila União	1	526		
Vila Verena	2	153	3	197
TOTAL	38	5.928	20	2.248

Fonte: elaborada pelos autores, com base no Jornal Gazeta do Sul 1990-2015, Prefeitura de Santa Cruz do Sul e João Dick Imóveis

Na direção norte, ultrapassando os limites do Cinturão Verde e alcançando áreas além da rodovia RS-287, no bairro Linha Santa Cruz, e para leste, nas direções dos bairros Linha João Alves, Country e Belvedere, evidencia-se o lançamento de loteamentos para além da UNISC, localizada no bairro Universitário, ao longo da Avenida Independência, e de condomínios fechados junto ao sopé da elevação do Cinturão Verde, nos bairros Universitário e Santo Inácio, especialmente a partir dos anos 2000.

Nessas áreas, foram lançados diversos loteamentos, dentre os quais se destacam os fechados que, no período de 1990 a 2015, somaram vinte lançamentos, com uma área de 2.226.241,10 m² e totalizando 2.248 lotes, conforme a tabela 1.

Observa-se, no espaço da cidade, que esses loteamentos e condomínios fechados – os novos produtos imobiliários – encontram-se concentrados nas direções norte, leste e nordeste. Dos vinte condomínios e loteamentos fechados lançados no período supracitado, dezessete encontram-se localizados nas regiões acima mencionadas.



Assim, a construção de empreendimentos, como condomínios fechados e outros tipos de loteamentos, especialmente, a partir da década de 1990, estão vinculados à reestruturação econômica da cidade, que passou a ocorrer no início dessa década. Além desses, devem ser consideradas as repercussões na área central da cidade.

Nesse sentido, observa-se que a quantidade total de metros quadrados autorizada para a construção no município, para as diversas finalidades de uso, especialmente, na área central, alcança o percentual de 21,47%, conforme demonstrado na tabela 2. Verifica-se que os usos misto e comercial têm a maior participação, alcançando 47,22% e 43,10%, respectivamente. Por sua vez, os usos residencial e industrial apresentam a menor participação em relação ao total do município, sendo de 12,61% e 0,7% no período de 2011-2015.

Tabela 2: Santa Cruz do Sul – quantidade de m² por finalidade de uso (2011-2015)

LOCAL	SANTA CRUZ (A)	ÁREA CENTRAL (B)	RELAÇÃO B/A
FINALIDADE DE USO	QUANTIDADE	QUANTIDADE	%
Residencial	932.669,07	117.636,71	12,61
Comercial	276.598,13	119.217,75	43,10
Misto	247.038,71	116.675,75	47,22
Industrial	181.624,73	1.288,40	0,7
TOTAL	1.651.923,01	354.818,12	21,47

Fonte: elaborada pelos autores, com base em dados da Secretaria de Planejamento e Gestão da Prefeitura de Santa Cruz do Sul (2016).

Esses dados permitem, ainda, perceber que o uso exclusivamente residencial na área central é pouco expressivo em relação ao total da cidade, que, no período em tela, foi de 932.669,07m². Também traz uma indicação que pode ser verificada nos dados relativos ao uso misto, indicando um intenso processo de verticalização na área central da cidade, tendo em vista que a maioria dos prédios multifamiliares têm sua parte térrea destinada às atividades de comércio e serviços. Esse total permite inferir que a cidade apresentou uma grande expansão no uso residencial, traduzido pela abertura de novos loteamentos nas direções norte e leste da cidade, onde se destacam os condomínios fechados e os loteamentos destinados às classes média e média alta. Além disso, há expansão significativa para a região sul, onde foram construídos os primeiros conjuntos habitacionais verticalizados, por intermédio do Programa Minha Casa – Minha Vida, bem como de



conjuntos habitacionais horizontais, como o Residencial Bem Viver, no bairro Carlota. Esse incremento no mercado imobiliário, que ocorreu notadamente a partir do ano de 2011, pode ser caracterizado como resultado da política de maior disponibilidade de crédito destinado ao setor da construção civil e de programas do governo federal, com o objetivo de diminuir o déficit habitacional no País.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Santa Cruz do Sul destaca-se pela importância que exerce em escala local e regional, como polo na construção de um processo de articulação de uma rede de cidades, na qual se estrutura uma produção de espaços, de forma particular à dimensão econômica. Também, o alcance nacional e internacional reveste-se de fundamental importância, que se dá por intermédio do complexo agroindustrial do setor fumageiro e de empresas de outros setores. Essas atividades industriais são importantes geradoras de riqueza e de absorção de mão de obra, tanto em escala intra-urbana como interurbana.

O período das décadas posteriores a 1960 caracteriza-se pelo processo de internacionalização do setor agrofumageiro local. A partir desse processo, Santa Cruz do Sul passou por profundas transformações espaciais, que se refletiram, notadamente, em sua área central por um intenso processo de verticalização, com a construção de edifícios residenciais e comerciais, dentre outras mudanças no seu espaço urbano

Salienta-se, também, a construção de condomínios e loteamentos fechados, que se iniciam em meados da década de 1990, estão vinculados à reestruturação econômica da cidade, que passou a ocorrer no início dessa década. Na base industrial da cidade está destacada a produção agrofumageira, e os demais setores dessas atividades apresentaram grandes transformações, como o crescimento dos setores de comércio e serviços, que passaram a aumentar a sua participação na formação do PIB, situação que evidencia a consolidação da cidade média de Santa Cruz do Sul como principal polo econômico regional.

O comércio e os serviços passaram a ter maior relevância na dinâmica econômica, descortinada a partir da década de 1990. Esses dois setores, mesmo importantes em épocas pretéritas, ocuparam posições secundárias na dinâmica econômica, tendo em vista



que a atividade industrial, baseada especialmente na produção agroindustrial fumageira, protagonizava a economia da cidade. A partir da década supracitada, a importância do comércio e serviços é visível, tanto na formação do PIB local como também na geração de empregos formais.

Santa Cruz do Sul distingue-se, ainda, no conjunto de cidades que compõem não só a região do Vale do Rio Pardo como outras regiões do Estado, pela concentração das atividades de comércio e serviços, especialmente na sua área central. Apresenta, no binômio comércio-serviços, um conjunto diferenciado de atividades, quando comparada aos centros urbanos que fazem parte da rede urbana regional, com destaque para os setores financeiro, comercial, saúde e pela presença de órgãos das administrações pública federal e estadual.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo et al. *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e a Inglaterra*. São Paulo: BoiTempo, 1999.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. 2016.

CARLEIAL, L. M. F. *Reestruturação industrial, relação entre firmas e mercado de trabalho: as evidências na indústria eletroeletrônica na Região Metropolitana de Curitiba*. In: CARLEIAL, L.; VALLE, R. (Org.) *Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: Hucitec-ABET, 1997. p. 296-333.

CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989.

DANTAS, J. R. Q.; CLEMENTINO, M. L. M. *Reestruturação produtiva e as novas configurações das cidades médias potiguares: estudo preliminar sobre Pau dos Ferros-RN*. RERUT, v. 01, nº 01, 2012.

ETGES, Virgínia E. *A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo*. In: VOGT, O. P.; SILVEIRA, R. L. L. da S. (Org.) *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA RS. FEEDADOS: *Perfil dos municípios, 2015*. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/>>. Acesso em agosto de 2015.

GOMES, M. T. S. *O debate sobre a reestruturação produtiva no Brasil*. RA'E GA 21-O Espaço Geográfico em Debate, 2011. UFPR: Curitiba, 2011. p. 51-77.

KLARMANN, Herbert. *Região e identidade regional: um estudo da espacialidade e representatividade regional no Vale do Rio Pardo*. 1999. Dissertação (Programa de Pós-

VIII Seminário Internacional sobre

Desenvolvimento regional

Territórios, redes e
Desenvolvimento Regional:
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação
**Desenvolvimento
Regional**
mestrado e doutorado



Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 1999.

RAMALHO, J. R. *Precarização do trabalho e impasses da organização coletiva no Brasil*. In: ANTUNES, R. et al. *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos: Reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

SILVEIRA, R. L. L da. *Cidade, corporação e periferia urbana: acumulação de capital e segregação espacial na (re)produção do espaço urbano*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

SILVEIRA, R. L. L da; DORNELLES, M. *A Produção de Tabaco do sul do Brasil: Um olhar geográfico sobre a dinâmica produtiva e organização territorial*. In: SILVEIRA, Rogério L.L. da; DORNELLES, Mizael. *Tabaco, Sociedade e Território: Relações e contradições no sul do Brasil*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

SPOSITO, M. E. B.; SPOSITO, E. S. *Reestruturação Econômica, reestruturação urbana e cidades médias*. XIII Seminário Internacional de la Red de investigadores sobre globalización y territorio. Belo Horizonte, 2012.

VOGT, O. P. *A produção de fumo em Santa Cruz do Sul-RS (1849 – 1993)*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

WINK, Ronaldo. *Santa Cruz do Sul: urbanização e desenvolvimento*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.